



CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURÍDICA E REPRESENTAÇÃO JUDICIÁRIA PARA O MUNICÍPIO DE BOTICAS

No dia Vinte e cinco, do mês de outubro, do ano de Dois mil e dezasseis, nesta vila de Boticas e Edifício dos Paços do Concelho, compareceram como outorgantes:

PRIMEIRO:

MUNICIPIO DE BOTICAS, NIF 506 886 964, com sede em Praça do Município, 5460-304 Boticas, endereço eletrónico *municipio@cm-boticas.pt*, telefone n.º 276410200 e fax n.º 276410201, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara, **Fernando Eirão Queiroga** cartão de cidadão n.º 08431148 1ZY7, válido até 23/09/2019.

SEGUNDO:

MEDINA & ASSOCIADOS – Sociedade de Advogados, SP, R.L, com sede na Avenida da Boavista, n.º2881, 1º Andar, sala 7, 4100-136 Porto, NIF e matrícula 510 209 424, neste ato legalmente representada por **Patricia Medina Tavares**, portadora do cartão de cidadão n.º 08666543 0ZZ8, válido até 22/04/2020, qualidade e poderes verificada pela certidão emitida pelo Conselho Geral da Ordem dos Advogados.

E pelo representante do primeiro outorgante foi dito que:

Cláusula 1.ª

Objecto do contrato

O presente contrato tem por objeto a Aquisição de Serviços de Assessoria Jurídica e Representação Judiciária para o Município de Boticas, precedido de Ajuste Directo e adjudicado ao segundo outorgante por despacho do Presidente da Câmara de 18 de outubro de 2016, em conformidade com o Caderno de Encargos, devidamente aprovado por despacho do Presidente da Câmara de 04 de outubro de 2016, nos termos da proposta apresentada pelo segundo outorgante.

Cláusula 2.ª

Prazo de Execução

Os serviços serão prestados no prazo de 18 meses, a contar da data de celebração do contrato.

Cláusula 3.ª

Preço contratual

Pelo serviço previsto na cláusula 1.ª, o Primeiro Outorgante obriga-se a pagar ao Segundo Outorgante o valor de Quarenta e cinco mil euros (45.000,00 €), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 4.ª

Pagamentos

As quantias devidas pelo primeiro outorgante nos termos da cláusula anterior, são pagas no prazo máximo de 30 dias após a recepção pelo primeiro outorgante das respectivas facturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

Cláusula 5.ª

Caução

Não é exigível a prestação de caução de acordo com o nº 2 do artigo 88.º do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro. No entanto e atendendo ao nº3 do mesmo diploma pode o Município de Boticas, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

Cláusula 6.ª

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Círculo, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 7.ª

Prevalência

1 – Consideram-se como condições a observar no serviço, as expressas no contrato, os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão



de contratar, os esclarecimentos e as rectificações relativos ao Caderno de Encargos, Caderno de Encargos e na proposta apresentada pelo segundo outorgante.

2 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, prevalece em primeiro lugar os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos, Caderno de Encargos, seguidamente a proposta apresentada pelo segundo outorgante, e em último lugar o texto do presente contrato, nos termos do disposto no n.º6, do artigo 96.º, do CCP.

Cláusula 8.ª

Legislação Aplicável

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e demais legislação aplicável.

Cláusula 9.ª

Dotação Orçamental

A despesa inerente ao contrato será satisfeita pela seguinte dotação orçamental, 0102/020214, conforme proposta de cabimento n.º 2146, compromisso n.º 2556 e requisição externa de despesa n.º 1303.

Cláusula 10.ª

Disposições Finais

1 — Os pagamentos a efetuar ao abrigo do presente contrato serão efetivados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.

2 — O procedimento por ajuste direto — regime geral relativo ao presente contrato foi devidamente autorizado por despacho do Presidente da Câmara Municipal de 04 de outubro de 2016.

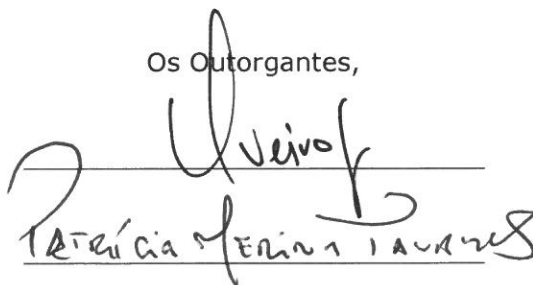
3 — Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato.

O segundo Outorgante apresentou ainda os seguintes documentos:

BOTICAS
CÂMARA MUNICIPAL

- 1 - Certidão, obtida via internet e emitida pelo Serviço de Finanças do Porto em 21 de outubro de 2016, comprovativa de a firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação tributária devidamente regularizada;
- 2 - Certidão, obtida via internet e emitida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social em 21 de outubro de 2016, comprovativa de a firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação tributária devidamente regularizada;
- 3 - Certificado de Registo Criminal do gerente da firma;
- 4 - Declaração nos termos da alínea a), do nº1, do art.º 81º, do Código dos Contratos Públicos.

Os Outorgantes,


Patrícia Ferreira

MEDINA & ASSOCIADOS
Sociedade de Advogados, RI

Av. da Boavista, 2881, 1º Sala 7 - 4100-136 PORTO
Telef.: 226 198 100 - Fax: 226 105 301
Pessoa Colectiva n.º 510 209 424
Inscrito na Ordem dos Advogados sob o n.º 16/12
info@medina.pt www.medina.pt